



**PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS
INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL**

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da alínea j) do artigo nº 25 da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2020, apresentados pelo Conselho de Administração da **Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, E.M, S.A.**, consistindo no Planos de Atividades, de Investimento e Financeiro, Orçamento Anual de Investimento por Trimestre, Orçamento Anual de Exploração por Trimestre, Orçamento Anual por Centros de Gastos, Orçamento Anual de Tesouraria por Trimestre e Balanço Previsional.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidas nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um parecer profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

4. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação contida nos instrumentos de gestão previsional anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Norma Internacionais de Auditoria, nomeadamente a ISAE

1/3

"3400 - O Exame da Informação Financeira Prospetiva", planeado de acordo com aquele objetivo, que consiste verificar se:

(a) Os pressupostos de melhor estimativa da Administração nos quais se baseia a informação financeira prospetiva não são irrazoáveis e, no caso de pressupostos hipotéticos, tais pressupostos são consistentes com a finalidade da informação;

(b) A informação financeira prospetiva está devidamente preparada na base dos pressupostos;

(c) A informação financeira prospetiva está devidamente apresentada e todos os pressupostos materiais estão adequadamente divulgados, incluindo uma indicação clara quanto a se são pressupostos de melhor estimativa ou pressupostos hipotéticos;

(d) A informação financeira prospetiva está preparada numa base consistente com as demonstrações financeiras históricas, usando princípios contabilísticos apropriados.

5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

ANÁLISE ECONÓMICA FINANCEIRA

6. Numa análise sucinta aos documentos previsionais é de destacar:

a) Uma definição concreta dos objetivos, que passam pela melhor gestão dos equipamentos, através de critérios de rentabilidade económica, assumindo, não obstante, que a sua atividade inclui investimentos de rentabilidade reduzida e a prática de preços sociais de forma a proporcionar a utilização das infraestruturas, quer para lazer da população (caso das piscinas de Recreio e Lazer), quer para cuidados de saúde (caso das Termas); a gestão e organização de estacionamento público; o controlo de gastos, nomeadamente os Gastos de fornecimentos e serviços externos; o controlo dos Gastos com o pessoal e estabilizar/Aumento dos serviços prestados relativamente a 2019.

b) Um volume de negócios expectável de € 1.421.391,05, coerente com o volume de

negócio histórico realizado, refletindo também uma significativa estabilidade nas condições de fornecimento de serviços;

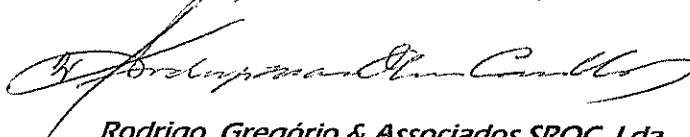
c) Sustentação dos resultados operacionais e líquidos previsionais do exercício positivos (74.056,57 euros), refletindo também um incremento em relação ao período homólogo.

d) Não obstante, recomendamos que os documentos financeiros previsionais apresentados devem apresentar, na medida do possível, comparativos previsionais do ano anterior de modo que seja possível apreciar a evolução das asserções neles contidos.

PARECER

7. Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade.
8. Devemos, contudo, advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem de forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Chaves, 25 de novembro de 2019



Rodrigo, Gregório & Associados SROC, Lda

SROC 170/CMVM 20161474, representada pelo sócio

Dr. Rodrigo Mário de Oliveira Carvalho (ROC n.º 889)

Rodrigo, Gregório & Associados, SROC, Lda.
Av. da República, 1629 - 1.º Esqº 4430-205 Vila Nova de Gaia
Inscrita na OROC sob o nº 170
Registada na CMVM sob o nº 20161474
NIPC: 504 844 369 - Capital Social: 102.000,00

t.: [+351] 223 770 120 | @: www.rga-auditores.pt | e.: geral@rga-auditores.pt

